



Número: **0802024-94.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **29/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSILENE SAMPAIO (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA (INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7395508	02/12/2019 13:04	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0802024-94.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** ROSILENE SAMPAIO

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **SENTENÇA**

Vistos, etc.

#### **I – RELATÓRIO:**

ROSILENE SAMPAIO, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O autor alega que foi vítima de acidente de trânsito em 16/07/2016. Ressalta que, em virtude do acidente automobilístico, graves lesões craniofaciais e fraturas no pé direito e braço direito, RESULTANDO EM DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NOS MEMBROS AFETADOS.

Despacho de ID nº 4436954 determinou a intimação da parte autora para apresentar comprovantes da gratuidade.

Após manifestação com comprovantes, despacho de ID. 6208106 deferiu a gratuidade, designou audiência inaugural, nomeou perito.

Contestação do requerido ID nº 6598913, argumenta que o autor já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Alega ainda que a parte autora não fez a juntada de documentos obrigatórios a propositura da ação como o comprovante de residência, bem como o laudo do IML, não comprovando a invalidez completa, razão pela qual pugna pela improcedência total da demanda.

Audiência de conciliação restou infrutífera (ID. 6889337).



Em réplica o autor fez declarações remissivas a inicial (ID. 7355525).

A perícia judicial foi realizada em audiência una de conciliação e instrução e julgamento, conforme laudo médico colacionado aos autos, constatando lesão parcial no ombro direito em repercussão média de 50% (cinquenta) e crânio no percentual de 25 % (vinte e cinco) por cento.

Intimados para se pronunciarem sobre o laudo médico em audiência, o requerente requereu a procedência da ação nos termos do laudo pericial.

A requerida manifestou-se sobre a perícia realizada, pleiteando que caso fosse julgado pela procedência, fossem descontados os valores já pagos.

É o relatório, passo a decidir.

#### DA PROVA PERICIAL:

A prova pericial realizada em audiência concluiu por dano parcial incompleto (limitação funcional) no ombro direito no percentual de 50% (cinquenta por cento) e crânio no percentual de 25 % (vinte e cinco por cento). Em consequência para a primeira lesão, aplicando-se o percentual 25% previsto na tabela para lesão completa de ombro, resulta no valor inicial de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que a invalidez é incompleta aplicando-se a redução proporcional prevista art. 3º, §1º, inciso II da lei 6.194/74, aplicando-se o percentual de repercussão média de 50% (cinquenta por cento), o valor a ser pago em favor do requerente seria de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Já para a segunda lesão, aplicando-se o percentual de 100% previsto na tabela para lesão completa de crânio, resulta no valor inicial de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que a invalidez é incompleta aplicando-se a redução proporcional prevista art. 3º, §1º, inciso II da lei 6.194/74, aplicando-se o percentual de repercussão leve de 25% (vinte e cinco por cento), o valor a ser pago em favor do requerente seria de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Importante destacar que o autor já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais, cinquenta centavos), restando receber o complemento da indenização devida no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

#### III – DISPOSITIVO:

Isto posto, pelas razões declinadas acima, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial, a fim de condenar a requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), acrescidos de juros desde a



citação (art. 405, CC ou súmula 426 do STJ), do Código Civil e correção a partir do efetivo prejuízo que no presente caso corresponde a data do sinistro.

Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.

Considerando que o perito nomeado já apresentou o laudo pericial e que as partes já foram devidamente intimadas para se manifestarem a respeito do mesmo, defiro o pedido realizado em audiência para autorizar o levantamento dos honorários periciais depositados na Agência/Conta Judicial nº 3791/ 2900109408080 – BANCO DO BRASIL, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e eventuais acréscimos, em favor do perito nomeado, FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA, CRM-PI 3920, CPF nº 877.154.063-68.

O presente despacho servirá de alvará judicial, para saque dos valores referentes aos honorários periciais, junto à instituição financeira.

P.R.I. e cumpra-se.

**TERESINA-PI**, 28 de novembro de 2019.

**DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO**  
**Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

